



INSTITUTO
FEDERAL

Sudeste de Minas Gerais

CONCURSO EBTT 2018

Direito - Rio Pomba

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A prova terá, no máximo, **3 (três)** horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição do gabarito na Folha de Respostas, único documento válido para correção.
2. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais na Folha de Respostas, em especial seu nome e o número do documento de identidade.
3. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato ou por qualquer outro dano.
4. O candidato só poderá se retirar do recinto **após 1 (uma) hora**, contada a partir do efetivo início da prova.
5. Este caderno contém **20 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: Conhecimento Específico, numeradas de 01 a 20.
6. Cada questão apresenta 5 alternativas, de (a) a (e). O candidato deverá lê-las, atentamente, antes de responder a elas.
7. Caso o Caderno não corresponda ao cargo de inscrição, esteja incompleto ou com defeito, o candidato deverá solicitar ao aplicador, durante os primeiros 20 minutos, as providências cabíveis.
8. O candidato deverá entregar ao aplicador este caderno de provas e a Folha de Respostas.
9. O candidato passará o gabarito para a Folha de Respostas, utilizando caneta esferográfica azul ou preta.

ATENÇÃO: FOLHA DE RESPOSTAS SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE

A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada

Nome do candidato

Por favor, abra somente quando autorizado.



O gabarito e o caderno de provas serão divulgados no endereço eletrônico:

concurso.fundacaocefetminas.org.br

QUESTÃO 01

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I- Aquele que, por deficiência mental, não puder exprimir sua vontade, se necessário, será submetido à curatela, medida protetiva extraordinária que afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial para os quais estará a pessoa com deficiência relativamente incapaz.

PORQUE

II- A pessoa com deficiência mental não poderá ser considerada absolutamente incapaz, sendo plena a sua capacidade civil para casar-se e constituir união estável; conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória, dentre outros atos relativos ao exercício de direitos subjetivos extrapatrimoniais.

Sobre as asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.

QUESTÃO 02

José Eustáquio contratou um seguro de vida em 2015, sem que lhe fosse exigido qualquer exame médico prévio. O segurado faleceu em 2018, após o cumprimento do período de carência estipulado pela seguradora. Ocorre que o capital segurado não foi pago aos beneficiários indicados por José, sob a alegação de que sua morte teria sido provocada por doença preexistente.

Diante do exposto, sobre o caso concreto em conformidade com a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que

- a) a seguradora, ao receber o pagamento do prêmio e concretizar o seguro, sem exigir exames prévios, não pode responder pelo risco originado de sua boa-fé. Por essa razão, é lícita sua recusa ao pagamento da indenização.

- b) a recusa de cobertura securitária consubstancia-se no fato de que o falecido, presumidamente, teria agido de má-fé, omitindo informações no que diz respeito à doença preexistente cuja evolução o levou a óbito.
- c) a seguradora, ao concretizar o seguro sem exigir exames prévios, deve responder pelo risco assumido. Por essa razão, a alegação de doença preexistente não pode ser oposta sem prova inequívoca da má-fé do segurado.
- d) a simples verificação de que o beneficiário efetivamente possuía certa doença ou lesão no momento da contratação do plano, torna a recusa ao pagamento lícita, em virtude da força prescritiva exercida pelo princípio da boa-fé objetiva nas relações de consumo.
- e) independente da exigibilidade de exame médico admissional à época de contratação do seguro, as cláusulas contratuais que excluam ou diminuam o pagamento da indenização em virtude de doença preexistente são nulas de pleno direito.

QUESTÃO 03

João e Maria casaram-se em 2009, quando o casal estabeleceu domicílio em Rio Pomba/MG. Em 2013, eles se mudaram para Viçosa/MG, até que desentendimentos frequentes entre eles culminaram no fim do relacionamento em outubro de 2018. Com a separação de fato, inexistindo filhos em comum, João passou a residir em Ubá, estabelecendo nesse município o seu domicílio. Maria permaneceu no antigo domicílio do casal, em Viçosa/MG.

Diante do exposto, considerando que Maria pretende propor a ação de divórcio, é competente o foro de

- a) Ubá, lugar de domicílio do réu, João, uma vez que nenhuma das partes reside em Rio Pomba/MG.
- b) Rio Pomba, lugar do primeiro domicílio do casal, em detrimento do domicílio atual.
- c) Viçosa, último domicílio do casal, uma vez que não há filho incapaz.
- d) Ubá ou de Viçosa, municípios no qual estão domiciliados João e Maria, respectivamente.
- e) Rio Pomba ou Viçosa, municípios nos quais João e Maria estabeleceram domicílio em comum.

QUESTÃO 04

Carlos Soares realizou contrato de financiamento bancário no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com o Banco CredFácil S/A. A dívida foi garantida pelo fiador Pedro Morais. Diante disso, verificado o inadimplemento de Carlos, foi proposta ação de cobrança em desfavor de Pedro, exclusivamente.

Considerando o caso narrado, é correto afirmar que a possível repercussão processual no polo passivo da ação judicial proposta é a relação contratual na qual se funda a ação

- a) impõe a obrigatoriedade de formação de litisconsórcio passivo e simples, dessa forma, o autor deverá promover a emenda da petição inicial sob pena do seu indeferimento, a referida obrigatoriedade seria ainda observada caso Carlos fosse demandado exclusivamente.
- b) revela a obrigatoriedade de formação de litisconsórcio passivo e unitário, dessa forma, Pedro poderá fazer a denúncia da lide, requerendo a citação de Carlos, contudo, a referida prerrogativa não se aplicaria caso Carlos fosse demandado exclusivamente.
- c) revela a possibilidade de formação de litisconsórcio passivo e simples, dessa forma, Pedro poderá fazer a denúncia da lide, requerendo a citação de Carlos, a referida denúncia não poderia ser efetivada por Carlos, caso fosse demandado exclusivamente.
- d) revela a possibilidade de formação de litisconsórcio passivo e unitário, dessa forma, Pedro poderá chamar Carlos ao processo, contudo, a referida prerrogativa não se aplicaria caso Carlos fosse demandado exclusivamente.
- e) revela a obrigatoriedade de formação de litisconsórcio passivo e simples, dessa forma, Pedro poderá chamar Carlos ao processo, o referido chamamento poderia ser realizado também por Carlos, caso fosse demandado exclusivamente.

QUESTÃO 05

O crime de estupro de vulnerável, assim entendidas as pessoas menores de 14 anos, os enfermos e deficientes mentais, se configura com a conjunção carnal ou prática de qualquer ato libidinoso ofensivo à dignidade sexual da vítima. A vulnerabilidade afirmada decorre da presunção de que as pessoas referidas não possuem o discernimento necessário para a prática do ato sexual e/ou, não possuem meios de oferecer resistência à prática sexual.

Diante disso, considerando a legislação penal, bem como a jurisprudência atualizada do STJ, no que concerne aos menores de 14 anos, é correto afirmar que

- a) trata-se presunção relativa de vulnerabilidade, dessa forma, provado o consentimento do menor de 14 anos para a prática do ato sexual, deve ser afastada a tipicidade da conduta do agente, sendo indispensável, portanto, a existência de violência ou grave ameaça para tipificação do estupro de vulnerável.
- b) trata-se presunção relativa de vulnerabilidade, dessa forma, se a pessoa menor de 14 anos com a qual o agente pretende ter a relação sexual possui experiência sexual pretérita ou promiscua, deve ser afastada a tipicidade da conduta do agente, sendo indispensável, portanto, a existência de violência ou grave ameaça para tipificação do estupro de vulnerável.
- c) trata-se de presunção absoluta de vulnerabilidade, dessa forma, é irrelevante o eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente, a existência de violência ou grave ameaça, é dispensável, portanto, para tipificação do estupro de vulnerável.
- d) não prevalece, para os maiores de 12 e menores de 14 anos de idade, qualquer presunção de vulnerabilidade para a prática de atos sexuais, dessa forma, apenas a violência e a grave ameaça podem configurar o núcleo do tipo penal para tipificação do estupro de vulnerável quando a pessoa for maior de 12 anos de idade e menor de 14.
- e) trata-se de presunção absoluta de vulnerabilidade para os menores de 12 anos e relativa para os adolescentes com idade entre 12 e 14 anos de idade, dessa forma, enquanto a existência de violência ou grave ameaça, é dispensável para a configuração do estupro de vulnerável para o primeiro grupo, são indispensáveis em relação ao segundo.

QUESTÃO 06

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I - Dispõe o Código Penal que: “Art. 237. Contrair casamento, conhecendo a existência de impedimento que lhe cause a nulidade absoluta: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.”
Trata-se de norma penal em branco,

PORQUE

- II - as normas penais em branco mitigam o princípio da legalidade, porque se utilizam de fontes formais heterogêneas, alheias ao Direito Penal que, contudo, passam a integrar, indubitavelmente, o conteúdo da conduta censurada.

Sobre as asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.

QUESTÃO 07

Marcos mirou e atirou em João, seu vizinho, contudo, a bala atravessou o peito do alvo e atingiu ainda Luana, esposa de João. Ambos faleceram em decorrência do único disparo efetuado por Marcos.

A esse respeito é correto afirmar que

- a) Marcos será julgado, em um único processo, pelo homicídio de João e de Luana, em decorrência de conexão intersubjetiva concursal.
- b) os crimes praticados por Marcos deverão ser processados perante o mesmo juízo, uma vez que serão reunidos em virtude de continência subjetiva.
- c) Marcos será julgado, em único processo, pelo homicídio de João e de Luana, em decorrência de conexão intersubjetiva por reciprocidade.
- d) não é possível a conexão ou continência entre um homicídio doloso e um homicídio culposos, ainda que praticados pelo mesmo agente.
- e) os crimes praticados por Marcos deverão ser processados perante o mesmo juízo, uma vez que serão reunidos em virtude de continência por cumulação objetiva.

QUESTÃO 08

O Ministério Público ofereceu duas denúncias perante a juíza do competente para o processamento e julgamento dos crimes que se processam no Tribunal do Júri de Rio Pomba/MG. A primeira denúncia imputava o crime de infanticídio a desembargadora que atuava junto ao Tribunal de Justiça do Paraná, com sede em Curitiba, embora o fato tenha ocorrido em Rio Pomba/MG, durante o recesso forense usufruído pela desembargadora. Na segunda denúncia, imputava-se o crime de homicídio a vereador de Rio Pomba/MG, fato ocorrido nesse mesmo município e sem relação com o cargo ocupado.

A partir da situação narrada é correto afirmar que o juízo de Rio Pomba/MG não é competente para

- a) processar e julgar o vereador do município, contudo, não é competente para receber a denúncia em desfavor da desembargadora, que deveria ser apresentada perante o Tribunal de Justiça do Paraná.
- b) processar e julgar ambos os réus, por se tratar do local onde os crimes foram consumados, prevalecendo a competência do Tribunal do Júri em detrimento de qualquer outra, uma vez que os crimes não foram praticados em razão do cargo.
- c) receber a denúncia em ambos os casos, prevalecendo a competência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para processar e julgar o vereador e a desembargadora.
- d) receber a denúncia contra o vereador, mas não é competente para processar e julgar a desembargadora, que deverá ser processada diante do Tribunal de Justiça do Paraná.
- e) receber a denúncia contra o vereador, mas não é competente para processar e julgar a desembargadora, que deverá ser processada perante o STJ.

QUESTÃO 09

Tício foi acusado de homicídio qualificado pela morte de Mécio. Em decisão interlocutória, Tício foi pronunciado ao Tribunal do Júri e, sem condição de contratar um advogado particular para essa fase processual, lhe foi nomeado advogado dativo. Em plenário, o advogado dativo nomeado para sua defesa limitou-se a requerer a sua absolvição. Ao final, Tício foi condenado a 14 anos de prisão.

Diante do exposto, no caso concreto em conformidade com a jurisprudência do STF, é correto concluir que

- a) a falta de defesa experimentada por Tício constitui causa de nulidade absoluta do júri, razão pela qual deve ser repetida o procedimento, oportunizando ao o exercício do contraditório e ampla defesa.
- b) a fala sucinta do advogado dativo não é causa ensejadora de nulidade, mas uma liberalidade da atuação profissional que deve ser pressuposta adequada ao caso concreto, salvo, comprovada a má-fé do advogado.
- c) o advogado do réu ao limitar-se a requerer sua absolvição violou, simultaneamente, as garantias fundamentais de exercício ao contraditório e ampla defesa, dessa forma, embora não seja falta de defesa, constitui hipótese de nulidade absoluta.
- d) a defesa realizada pelo advogado dativo pode ser considerada deficiente, contudo, não é causa de nulidade absoluta e só promoverá a anulabilidade do júri caso seja demonstrado o prejuízo efetivo para o réu.
- e) o advogado do réu ao limitar-se a requerer sua absolvição e, portanto, em defesa oral inferior à 1h30min, violou o princípio do devido processo legal que, atraindo, por conseguinte, a nulidade do júri.

QUESTÃO 10

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I- A relação entre o Direito e o Estado é apresentada em níveis diferentes a partir de três concepções ou teorias proeminentes: dualística, monística e a do paralelismo que divergem quanto ao nível desse relacionamento.

PORQUE

- II- A teoria monística apresenta o Direito e o Estado como uma só entidade; na teoria dualística, o Direito e o Estado são entidades distintas, mas interligadas e, por fim, para a teoria do paralelismo, o Direito e o Estado são ordens inteiramente distintas e independentes.

Sobre as asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.

QUESTÃO 11

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I- Existem normas de comportamento e normas de estrutura, sendo que estas podem também ser consideradas como as normas para a produção jurídica, ou seja, normas que regulam os procedimentos de regulamentação jurídica

PORQUE

- II- elas não regulam o comportamento, mas o modo de regular um comportamento, ou seja, o comportamento que elas regulam é o de produzir regras.

A respeito das asserções e em atenção à teorização de Bobbio sobre as fontes do Direito, é correto afirmar que

- a) ambas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 12

Considerando os Direitos Fundamentais e suas funções, consagradas por Canotilho, avalie as afirmações abaixo.

- I- A função de defesa ou de liberdade diz respeito diretamente à pessoa humana e sua dignidade perante os poderes do Estado e de outros esquemas políticos coativos.
- II.- A função de não discriminação se aplica a direitos, liberdades e garantias e consiste em assegurar que o Estado trate os seus cidadãos como fundamentalmente iguais.
- III- Na função de prestação social o esquema relacional se estabelece entre indivíduos, competindo ao Estado impor ao indivíduo devedor a prestação social a que se obriga.
- IV- Na função de proteção perante terceiros o esquema relacional se estabelece entre o titular do direito fundamental e o Estado, consistindo tal função em dever estatal de proteção dos titulares de direitos fundamentais contra atos de terceiros.
- V- A função de não discriminação alarga-se aos direitos a prestações e permite uma acentuação ou radicalização utilizada por grupos minoritários que defendem a efetivação plena da igualdade de direitos numa sociedade multicultural e hiperinclusiva.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I, II, e V.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e V.

QUESTÃO 13

Sobre as definições, correlações e distinções entre “direitos fundamentais” e “direitos do homem” é correto afirmar que, em consonância com a doutrina de Canotilho, os termos

- a) são sinônimos, sem distinção entre eles.
- b) são antônimos, com distinção entre um e outro.
- c) permitem correlação, sendo os “direitos fundamentais” direitos válidos para todos os povos em todos os tempos, enquanto “direitos do homem” são jurídico-institucionalmente garantidos e limitados no tempo e no espaço.

- d) permitem correlação, sendo os “direitos do homem” válidos para todos os povos em todos os tempos, enquanto “direitos fundamentais” são direitos do homem, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados no tempo e no espaço.
- e) permitem correlação, sendo os “direitos do homem” inerentes ao homem enquanto ser social, como indivíduo vivendo em sociedade, subdivididos entre direitos individuais e direitos políticos, enquanto “direitos fundamentais” são direitos naturais consagrados em uma Constituição escrita.

QUESTÃO 14

Considerando os atos administrativos, associe corretamente as colunas relacionando a classificação à sua possibilidade.

Classificações	Possibilidades
1) Situação de terceiros	() Individuais ou gerais.
2) Estrutura do ato	() Concretos ou abstratos.
3) Destinatários	() Unilaterais ou bilaterais.
4) Grau de liberdade da Administração	() Constitutivos ou declaratórios.
5) Função da vontade administrativa	() Discricionários ou vinculados.
6) Efeitos	() Negociais ou puros.
7) Formação	() Internos ou externos

A sequência correta dessa associação é

- a) (2); (3); (7); (1); (5); (4); (6).
- b) (3); (2); (7); (6); (4); (5); (1).
- c) (2); (3); (6); (7); (1); (4); (5).
- d) (1); (2); (3); (7); (4); (5); (6).
- e) (1); (2); (7); (6); (4); (5); (3).

QUESTÃO 15

Preencha corretamente as lacunas do texto a seguir, sobre os princípios constitucionais da Administração Pública.

Princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. A doutrina moderna tem-se detido, para a obtenção do melhor processo de interpretação, no estudo da configuração das normas jurídicas. Segundo a doutrina, as normas jurídicas admitem classificação em duas categorias básicas: os princípios e as regras. _____ operam de modo disjuntivo, vale dizer, o conflito é dirimido no plano da validade: aplicáveis a uma mesma situação, apenas um(a) regulará, atribuindo-se àquilo que não é aplicável o caráter de nulidade. _____, ao revés, não se excluem do ordenamento jurídico na hipótese de conflito. No que se refere especificamente à Administração Pública, é possível afirmar que _____ implica subordinação completa do administrador à lei. O princípio da _____ objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados. Em razão do (a) _____ o administrador público não dispensará preceitos éticos que devem presidir a sua conduta.

A sequência que preenche corretamente as lacunas do texto é

- a) Regras / Princípios / o princípio da legalidade / impessoalidade / princípio da moralidade
- b) Princípios / Regras / o princípio da legalidade / impessoalidade / princípio da moralidade
- c) Regras / Princípios / o princípio da impessoalidade / igualdade / princípio da moralidade
- d) Princípios / Regras / a regra da legalidade / impessoalidade / regra da moralidade
- e) Regras / Princípios / a regra da legalidade / igualdade / regra da moralidade

QUESTÃO 16

São efeitos da condenação, nos termos estabelecidos pelo Código Penal, **EXCETO**

- a) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- b) a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos, motivadamente declarada na sentença.
- c) a perda do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso, valor a ser compensado em caso de indenização pelo dano paga à vítima.
- d) a incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente ou contra tutelado ou curatelado.
- e) a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, motivadamente declarada na sentença.

QUESTÃO 17

Analise os termos da seguinte a ementa (com supressões) de acórdão da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

EMENTA: "APELAÇÃO - LESÃO CORPORAL - ÂMBITO DAS RELAÇÕES DOMÉSTICAS - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - PALAVRA DA VÍTIMA - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - INAPLICABILIDADE - DOLO COMPROVADO - DESCLASSIFICAÇÃO PARA VIAS DE FATO OU LESÃO CORPORAL DE NATUREZA LEVE - IMPOSSIBILIDADE - APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 129, §4º, DO CÓDIGO PENAL - INVIABILIDADE - REDUÇÃO DA PENA, ABRANDAMENTO DO REGIME PRISIONAL E CONCESSÃO DO SURSIS - PEDIDOS PREJUDICADOS - SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL POR RESTRITIVA DE DIREITOS OU MULTA - IMPOSSIBILIDADE.

- A palavra da vítima, corroborada pela prova testemunhal, basta para fundamentar a condenação do acusado como autor do crime de lesões corporais em âmbito doméstico narrado na denúncia.

- Não há que se falar em aplicação do princípio [...] nas infrações cometidas em âmbito doméstico, como no caso em tela, pois o bem jurídico tutelado é a integridade física e psíquica da mulher, que é relevante, e, por conseguinte, faz jus à proteção do Direito Penal.

- Se a agressão praticada pelo acusado produz hematomas na vítima, sua companheira, com quem convivia por vários anos, caracteriza-se a ofensa à integridade corporal exigida pelo tipo penal do art. 129, §9º, do Código Penal, não se admitindo a desclassificação do fato para a contravenção penal das vias de fato ou, mesmo, para o delito de lesão corporal de natureza leve.

- Não restando comprovado que as agressões ocorreram sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, impossível torna-se a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 129, §4º, do Código Penal.

- Encontram-se prejudicados os pleitos defensivos de fixação da reprimenda no mínimo legal, de aplicação do regime aberto, bem como de concessão sursis, eis que já atendidos na sentença.

- Incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em razão da natureza do delito [...] bem como a substituição da pena corporal por multa, eis que não restou devidamente configurada nenhuma hipótese

prevista no §5º do art. 129 do mesmo Codex, havendo, ainda, a vedação constante no art. 17 da Lei 11.340/06."

(TJMG, 7ª Câmara Criminal, Apelação Criminal 1.0074.13.007236-1/001, relator Desembargador Agostinho Agostinho Gomes de Azevedo, publicação em 18/05/2018, disponível em www.tjmg.jus.br).

Em relação à ementa acima, é correto afirmar que a decisão do TJMG

- a) contraria o que compreende o STJ, por sua Súmula 542, que estabelece que a ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.
- b) contraria o que compreende o STJ, por sua Súmula 589, que estabelece que é inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- c) está em conformidade com o que compreende o STJ, por sua Súmula 588, que estabelece que a prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- d) se baseia na Súmula 337 do STJ, que estabelece que é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva, estando a decisão de segundo grau de jurisdição, por isso, em consonância com a jurisprudência consolidada do STJ.
- e) se baseia na Súmula 171 do STJ, que estabelece que cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativa de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa, estando a decisão de segundo grau de jurisdição, por isso, em consonância com a jurisprudência consolidada do STJ.

QUESTÃO 18

É correto afirmar que **NÃO** está em consonância com a jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal a ideia de que

- a) a competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.
- b) a imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.
- c) a opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.
- d) o fato de o réu se encontrar em prisão especial impede a progressão de regime de execução da pena fixada em sentença não transitada em julgado.
- e) o efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.

QUESTÃO 19

Analise as asserções a seguir e a relação propostas entre elas.

- I. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais

PORQUE

- II. deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

A respeito das asserções é correto afirmar que

- a) ambas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras, mas não refletem a jurisprudência consolidada do STF.
- e) as duas são verdadeiras e refletem a jurisprudência consolidada do STF.

QUESTÃO 20

Analise as asserções a seguir e a relação propostas entre elas.

- I- No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu

PORQUE

- II- Não se aplicam à segunda instância as disposições do Código de Processo Penal que possibilitam dar nova definição jurídica ao fato delituoso, em virtude de circunstância elementar não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou queixa.

A respeito das asserções é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

CONCURSO EBTT 2018

GABARITO (RASCUNHO)

Direito - Rio Pomba

01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.